

RELATÓRIO GT MEIO AMBIENTE

No dia 29 de setembro de 2010, o **Rio Como Vamos** promoveu, na sede do Grupo Libra, na Rua Jardim Botânico, 518, 5º andar, reunião de grupo de trabalho sobre o tema meio ambiente. O debate faz parte da missão do **RCV** de monitoramento da qualidade de vida e de políticas públicas na cidade. Foram sugeridos quatro blocos de informação para serem discutidos – Pesquisa de Percepção, Indicadores, Instrumentos de Planejamento (PPA, Planejamento Estratégico) e Demandas por Informações sobre Sustentabilidade – e propostas as seguintes perguntas norteadoras: 1) que indicadores adicionais devem ser monitorados para garantir a qualidade ambiental da cidade?; 2) as ações previstas nos instrumentos de planejamento são suficientes para atender as necessidades ambientais da cidade?; 3) quais são os desafios para a cidade do Rio de Janeiro entrar na rota da sustentabilidade?; 4) quais os parâmetros mínimos a serem mostrados na conferência Rio+20?

Participaram do debate:

- Adacto Ottoni, do Crea-RJ e da Uerj
- André Trigueiro, da PUC e da Globo News
- Annelise Gramacho, da Comlurb
- Brasiliano Vito Fico, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC)
- David Zee, da Uerj e da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca
- Heliana Vilela Silva, da Coppe/UFRJ e da Uerj
- Jorge Luiz Ferreira, da Cedae
- José Henrique Penido, da Comlurb
- Luiz Martins Heckmaier, do Instituto Estadual do Ambiente (Inea)
- Luiz Saporta, da FBDS
- Marilene Agrizzi Macaratti, do Instituto Pereira Passos (IPP)
- Miguel Corrêa do Lago, da Sciences – Paris
- Paulo Luiz da Fonseca, da Rio Águas
- Rogério Gama, analista de dados do **RCV**
- Rosiska Darcy de Oliveira, presidente executiva do **RCV**
- Sérgio Besserman, da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura do Rio
- Thereza Lobo, coordenadora executiva do **RCV**
- Viviane Castelo Branco, da Secretaria Municipal de Saúde

A seguir são registrados os pontos destacados no debate e as sugestões para o afinamento dos indicadores de meio ambiente e sustentabilidade.

Sustentabilidade e qualidade de vida:

A presidente executiva do **RCV**, Rosiska Darcy de Oliveira, explicitou a urgência, diante da década de grandes eventos que está para se iniciar – quando serão realizadas na cidade, entre outros, a Rio+20 (Conferência Internacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável), em

2012, e as Olimpíadas de 2016 – de se criar um grau de afinamento no conceito de sustentabilidade, para que o Rio possa se apresentar ao mundo como uma cidade que respeita todos os princípios nele envolvidos. Diante disso, abriu o debate sobre quais são os indicadores de sustentabilidade que possam ser adotados pelo **RCV** para o monitoramento da qualidade de vida dos moradores, e que sejam de fácil compreensão para o cidadão que acesse esses dados.

Saneamento x doenças e vetores:

David Zee lembrou que falta de saneamento, um problema ambiental sério, está muito associado a doenças que acometem a população. Por isso, sugeriu a adoção pelo **RCV** de indicadores que tratem das doenças de veiculação hídrica, juntamente a indicadores que revelem o volume de água que é fornecido pela Cedae e o volume de esgoto tratado, lembrando que o despejo irregular de esgoto na rede de águas pluviais é ainda comum no Rio. Esse conjunto de indicadores estabelece uma relação de causa e efeito, uma vez que a ocorrência daquelas doenças poderia ser evitada com ampla cobertura de saneamento básico.

Viviane Castelo Branco, da Secretaria de Saúde, destacou a importância de indicadores de infestação pelo mosquito da dengue, um problema recorrente no Rio de Janeiro, também associado a condições ambientais, e que a cada verão insiste em vitimar moradores de vários bairros da cidade.

Ainda sobre doenças associadas a problemas ambientais, como saneamento e lixo, Luiz Heckmaier sugeriu que também outros vetores sejam monitorados, como a infestação por ratos.

Rios e bacias hidrográficas:

Adacto Ottoni apontou o que considera erro crucial nas políticas públicas voltadas a questões ambientais: o planejamento de intervenções sem que haja monitoramento eficiente da situação. Destacou a necessidade de se fazer um diagnóstico ambiental da cidade, em especial das bacias hidrográficas, com monitoramento e georeferenciamento, a fim de se conhecer, por exemplo, os índices de vazão dos rios, de desmatamento e ocupação irregular das marginais, despejo de esgoto *in natura*, entre outros dados, segundo ele, fundamentais para o planejamento de ações e políticas públicas eficientes para se evitar tragédias causadas pelas chuvas – inundações, deslizamentos de encostas, soterramentos, etc.

Dificuldades com a produção de indicadores:

Brasiliano Vito Fico, da SMAC, falou da dificuldade dos órgãos públicos de produzirem informação, uma vez que a atividade-fim dos mesmos não é essa e suas estruturas não comportam tal função naturalmente. Diante disso, essa atribuição é dada a determinados funcionários diante da necessidade de se prover dados para o planejamento de certas ações. Exemplifica isso com o programa de reflorestamento, cujo mapa das áreas desmatadas a serem atendidas só começou a ser traçado após o estabelecimento da meta da secretaria, de reflorestar 300 ha em 2010 e 1.500 ha até 2012.

Resíduos sólidos urbanos:

José Penido, da Comlurb, explicou que, excetuando-se dados sobre indicadores de produtividade (universalização da coleta, varrição, destinação do lixo, podas de árvores, etc) há grande dificuldade em se obter indicadores e resultados sobre os resíduos sólidos que sejam associados à questão do comportamento do cidadão ou da insegurança de certas comunidades. São os casos do lixo público, da coleta seletiva e das localidades onde o programa Gari Comunitário foi extinto, devido a ação

movida pelo MP do Trabalho, sem que tenha sido ainda possível a substituição dessa mão de obra por funcionários da companhia. Nas favelas com UPP essa substituição já foi feita.

Citou o programa do Lixômetro como estratégia adotada pela prefeitura para tentar trabalhar a questão do lixo público, aquele jogado indiscriminadamente nas ruas pela população e que é apontado como incômodo em pesquisas de percepção realizadas com a população. Apesar desse lixo ser motivo de reclamação de muitas pessoas, a mudança comportamental esperada ao se mostrar ao cidadão o quanto ele joga de lixo nas ruas, e prometer investimentos na região caso esse volume seja reduzido, ainda não foi alcançada.

Alagamentos, encostas e adensamento urbano:

Levantou-se a importância de se obter indicadores sobre áreas de alagamento, ocupações de encostas e risco de deslizamentos/escorregamentos. Quanto a este último, foi destacado o trabalho de mapeamento que a Geo-Rio vem fazendo, mas, por outro lado, a dificuldade de realizar este monitoramento. Os dados sobre áreas de alagamento da cidade (250 pontos críticos catalogados pela Rio Águas) serão enviados ao **RCV**. Segundo Paulo Fonseca, representante do órgão na reunião, a meta é eliminar esses pontos em 5% até dezembro e em 20% até 2012.

Quanto à questão do adensamento urbano, foi destacada a importância de se cruzar dados deste adensamento com o da ampliação da infraestrutura dos bairros. Isso porque este crescimento populacional condensado é desproporcional à ampliação da infraestrutura local, afetando a qualidade ambiental dos bairros cariocas. Este é um problema grave tanto em áreas carentes e com ocupações irregulares, como a Rocinha, como também em regiões com renda mais alta, com a expansão dos empreendimentos imobiliários.

Encargos para as Olimpíadas de 2016:

Sugereu-se que o **RCV** adote o monitoramento dos indicadores ambientais que constam do Caderno de Encargos apresentado pela cidade ao Comitê Olímpico Internacional (COI), na ocasião da candidatura à sede das Olimpíadas de 2016, entre eles: expansão do saneamento e reforma da rede de esgoto da Zona Oeste (AP5); recuperação ambiental do ecossistema lagunar da bacia de Jacarepaguá; reflorestamento e recuperação da cobertura vegetal do município; expansão da malha cicloviária do município. Vale lembrar que esses indicadores constam também do Planejamento Estratégico do governo Eduardo Paes, do Plano Plurianual de Ações (PPA) e do Protocolo Rio Sustentável, que já são alvos de acompanhamento do **Rio Como Vamos**.

Água, ar, terra e gente:

Sérgio Besserman afirmou que é intenção da prefeitura dar ao Rio uma marca histórica de sustentabilidade a ser mostrada ao mundo diante dos grandes eventos que ocorrerão na cidade nos próximos anos, e que não só os temas especificamente ambientais, mas também outros, como sociais e econômicos, remetem ao conceito de sustentabilidade. Como questão metodológica, lembrou que há duas formas de apresentação de indicadores, os sintéticos (IDH, Índice Firjan, entre outros), que agrupam vários indicadores em um só índice; e as chamadas famílias, que são conjuntos de indicadores reunidos por temas. O grande desafio, disse, é definir uma forma de apresentação dos indicadores que seja de fácil entendimento para o cidadão. Diante disso, sugeriu modelo de apresentação dos dados a partir de quatro temas norteadores, que podem ser trabalhos juntos ou separadamente, e diante dos quais podem ser esmiuçadas situações que afetem diretamente a qualidade de vida – e sustentabilidade – da cidade. São eles:

- ✓ **Água** – inclui dados sobre qualidade das águas e condições gerais de oceano, lagoas, baías hidrográficas, rios;
- ✓ **Ar** – dados sobre qualidade do ar, emissão de poluentes;
- ✓ **Terra** – dados sobre biomas, construções desordenadas, desmatamento ou reflorestamento;
- ✓ **Gente/Biodiversidade** – condições de saneamento, resíduos sólidos, proximidade com áreas verdes, saúde, ruídos.

Outros indicadores sugeridos:

Outras sugestões de indicadores associados à sustentabilidade e que podem ser relacionados aos quatro grupos de tema, numa possível reorganização da cesta de indicadores do **RCV** foram: locais de ampliação da malha cicloviária; ecoeficiência (consumo de energia e produção per capita, por exemplo); volume de matéria orgânica produzido; replantio de árvores em áreas urbanas (para substituir aquelas que morreram ou precisaram ser cortadas). Os participantes se comprometeram a apontar outras indicadores que possam ser agregados à divisão proposta.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2010